



Anais da Assembléia

Nº 109

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 06 DE AGOSTO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT	Deputado PAULO MAIA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST	Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kliese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - Suplentes: Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Nelvo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - Suplentes **PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voláimir Miró Malatrovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emília de Salles Bellinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Tólio - Albino Corazza Neto - Paulo Mala de Oliveira - Suplentes: Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - Suplentes: Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - Suplentes: Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - Suplentes: Perides de H. Melo; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - Suplentes: Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caño Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. - (•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 072ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 1992
QUINTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados Dalton Machuca e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Algaci Túlio, João Arruda, Dalton Machuca, Antônio Annibelli, Arlindo Trojan, Basílio Zanusso, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, João Iensen, João Preis, José Alves, Lygia Pupatto, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (33). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Heinz Herwig, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Djalma de Almeida Cesar, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Hermas Brandão, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Osvaldo Trevisan, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo e Renato Adur (21).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente, declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da Sessão anterior, à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

Ofício nº 442/92

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar justificativa a minha ausência aos trabalhos parlamentares deste dia 06 de agosto, tendo em vista compromissos inadiáveis assumidos junto ao eleitorado do Município de Cianorte.

Senho só o que se me oferece no momen-

to, permita-me, ao ensejo, antecipar agradecimentos pela atenção que puder dispensar ao pedido.

(a) MÁRIO BEZERRA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1209

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para a Mensagem nº 059/92, sem autuação, que trata de operação de crédito externo junto ao BID;

Sala das Sessões, em 06.08.92

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO Nº 1207

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo VOTOS DE CONGRATULAÇÕES à diretoria da ASSENGEA, Associação dos Engenheiros e Arquitetos da Prefeitura Municipal de Curitiba, Autarquias e Empresas Coligadas.

Tendo como lema "a Técnica por instrumento, a União por princípio e o Aprimoramento por objetivo" a ASSENGEA elegeu sua diretoria para o biênio 92/94, assim constituída:

Pres.: EDELSON GALVÃO DA SILVA - SMAD

Vice: MIGUEL OSTOJA ROGUSKI - IPPUC

Adj. Vice-Pres.: JOSÉ EDUARDO L. CONTER - SMMA

Sec.: ELISE DO C. BONIERSKI - SMU

Adj. Sec.: PAULO HENRIQUE B. MACHADO - SMS

Tes.: CLÉVER U. T. DE ALMEIDA - IPPUC

Adj. Tes.: ROBERTO D. V. DEL SANTORO - IPPUC

Dir. Social: LORIS CARLOS GUESSE - COHAB

Adj. Dir. Social: CELSO R. ZEM - CIC

Adj. Dir. Social: LUIZ C. CHESLAK - SMU

Para o Conselho Fiscal foram homologados os nomes de JOEL KRUGER (URBS), MARIANE ELISA QUARENGHI (SMAD) e RAMIRO DA ROCHA LOURES BUENO (SMOP), como efetivos. Para suplentes foram eleitos JOÃO ROBERTO BRANDÃO (SMU), CLAUDIO ROBERTO GUILLEN (SMU) e ULISSES FOGIATTO NOGUEIRA (SMU).

Sala das Sessões, em 06.08.92

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO Nº 1202

Senhor Presidente.

O Deputado este subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos

Senhores Presidente do Senado Federal, Presidente da Câmara de Deputados, Lideranças de todas as Bancadas componentes do Congresso Nacional e Deputados e Senadores representantes do Paraná, solicitando integral apoio para os trabalhos a serem desenvolvidos pela IX CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, principalmente no tocante à implantação no estabelecido no artigo 198 da Constituição Federal, objetivando a imediata regulamentação, através de menos burocracia e mais recursos para a Municipalização do Sistema de Saúde, atendendo-se, assim, antiga reivindicação da grande maioria dos Municípios do Estado do Paraná, manifestada pela voz da ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE SAÚDE "APASEMS" e particularmente pelas entidades representativas da Região Metropolitana de Saúde do Paraná e da Região Sudeste do Estado.

Sala das Sessões, em 06.08.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

A IX CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE deveria ter sido realizada na semana de 18 a 22 de novembro de 1991.

Apesar dos esforços das entidades interessadas, nominadas no corpo deste Requerimento, inclusive com pedido de que fosse mantida a data inicialmente prevista para o seu início, mediante Requerimento datado de 10 de outubro do ano passado, aprovado por unanimidade pelo Plenário desta Casa, não se conseguiu evitar o adiamento, agora, ao que parece a IX CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, salvo imprevistos, deverá começar seus trabalhos no próximo dia 09 do corrente mês.

Em pauta, a implantação definitiva da descentralização do atendimento à população brasileira, pelos serviços Municipais de Saúde, na forma estabelecida pelo artigo 198, incisos e parágrafo da Constituição Federal.

O apoio às reivindicações das entidades responsáveis pelos serviços Municipais de Saúde, objetivando fixar as diretrizes básicas para a descentralização, atendimento integral e participação da comunidade, nas ações e Serviços Públicos de Saúde, deve ser dado incondicionalmente pelos Parlamentares de todos os Partidos, tanto da Câmara Federal quanto do Senado, bem como pelos que tomam assento nesta Casa, com a aprovação deste Requerimento.

Temos por escopo fortalecer os esforços desenvolvidos conjuntamente pelos três níveis de Governo e participação decisiva da comunidade para que o Sistema Nacional de Saúde realmente possa atender eficientemente toda a população brasileira, entendendo que o Poder Legislativo não pode e nem deve ficar a margem das importantes decisões que certamente serão tomadas nes-

se tão aguardado conclave.

REQUERIMENTO N° 1203

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente aos Senhores Ministros da Saúde e da Previdência Social, com cópia ao Senhor Governador do Estado e Secretário de Estado da Saúde, relato da atual situação do Sistema Único de Saúde em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 06.08.92.

(a) JOÃO IENSEN.

JUSTIFICATIVA:

A principal questão na área de saúde, hoje, em Curitiba, é a efetiva implantação do SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS, no município, deverá iniciar pela integração dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

- 1°) A universalização do acesso aos serviços;
- 2°) A integralidade da assistência à saúde;
- 3°) A participação da comunidade;
- 4°) A descentralização político-administrativa, com ênfase na municipalização, na regionalização e na hierarquização;
- 5°) A utilização da epidemiologia como referencial do planejamento e avaliação das ações de saúde.
- 6°) Ampliar os recursos próprios (municipal e estadual) para o financiamento do setor saúde;

O aumento da oferta de leitos para internamento de pacientes em hospitais da Capital e do interior do Estado, carece de formação de auditorias para disciplinar os diagnósticos comprobatórios da real necessidade.

- Só está acontecendo quando não se trata de caso grave motivado pelo alto custo aos hospitais e não reembolsado pelo SISTEMA;

- A deficiência de ambulâncias com equipamentos adequados, dificulta o transporte do doente.

7°) O repasse dos recursos federais, seja baseado na cobertura populacional e não pela produtividade.

O que se nota ao visitar os Pronto Socorros da Capital, inclusive a Santa Casa, que atendem a demanda de pacientes em estado grave, a maioria dando entrada de ambulâncias e macas, oriundos dos municípios da região metropolitana e Estados vizinhos, permanecem nos corredores aguardando atendimento, na maioria não acontecendo o atendimento, e muito menos o internamento de pacientes acometidos de enfermidades graves, alegando falta de leitos, de medicamentos e pagamento por parte do INAMPS das diárias, que não vem sendo repassadas

em tempo hábil, a fim de permitir a rede hospitalar fazer frente às suas necessidades mais urgentes, tais como pagamento de pessoal, fornecedores e outras despesas obrigatórias.

Foi constatado por ocasião de visita a dois hospitais de nossa Capital, o racionamento de alimentação aos internos, com o fornecimento de apenas uma refeição (precaria) ao dia.

A deficiência de oferta de leitos nos hospitais conveniados, agravando ainda mais o flagelo da população que não possui o mínimo de recurso para manter-se em leito particular, muito menos para a compra da medicação prescrita pelo clínico ou especialista e também sem a menor possibilidade de encontrar o medicamento indicado nas farmácias do CEME, ou mesmo nas Regionais de Saúde, provocando uma verdadeira mendicância junto aos órgãos de assistência social, inclusive neste Poder Legislativo, Câmara de Vereadores, quando não afrontam os Senhores Prefeitos Municipais que não têm recebido os recursos por parte do SUS.

REQUERIMENTO N° 1205

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, a fim de que determine os procedimentos adequados para melhoria da segurança nas proximidades da Escola Estadual Dona Branca do Nascimento Miranda, na Rua João Bonn, 256, nesta Capital.

Conforme poderá ser verificado pelos termos do anexo, que é a carta da Diretora da Escola supramencionada, possível aquilatar a situação dramática vivida pela comunidade em questão com a falta de policiamento ou ações que coibam as práticas de violência e criminalidade, principalmente, dirigidas aos alunos e professores do estabelecimento.

Diante disto, confiamos nas providências do Senhor Secretário de Segurança Pública, uma vez que os itens reclamados de competência do município de Curitiba já foram devidamente encaminhados junto à Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 06.08.92.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 1206

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado à TELEPAR, solicitando as providên-

cias necessárias à instalação de um telefone público comunitário no condomínio Conjunto Residencial Moradias Paritá, à avenida Fernando de Souza Costa, 155, bairro Fazendinha, nesta Capital.

Cumpra justificar o pedido em questão, pelo elevado número de moradores da região em questão, usuários potenciais do serviço telefônico solicitado, principalmente quando da necessidade de acionar organismo como a polícia militar, corpo de bombeiros ou serviço de ambulância.

Diante disto, confiamos nas providências da TELEPAR a fim de viabilizar o solicitado, contemplando os moradores do Condomínio Paritá com a merecida reivindicação.

Sala das Sessões, em 06.08.92.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 1208

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, Fernando Collor, pedindo que, diante dos fatos veiculados e que comprometem sua pessoa, por ação ou omissão RENUNCIE, visto que não dispõe mais de condições para continuar a governar o País e que este não poderá permanecer inerte em nome dos caprichos pessoais do seu governante maior.

Sala das Sessões, em 06.08.92.

(aa) LYGIA PUPATTO

DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

Desde que tomou posse, o Governador Collor vem sendo abalado sistematicamente por uma avalanche interminável de denúncias que envolvem o governo em fatos relacionados com corrupção, tráfico de influências, imoralidade e impunidade, tais como:

1 - Renegociação das dívidas de usineiros do nordeste (com a Receita Federal, Banco do Brasil e Tesouro Nacional) com valor superior a 2,5 bilhões de dólares em condições praticamente inaceitáveis.

2 - Irregularidades no Ministério da Ação Social - gestão Margarida Procópio - que num único dia de trabalho assinou 97 contratos, liberando a construção de obras de saneamento e habitação, a serem pagas pela Caixa Econômica Federal com recursos provenientes do FGTS.

3 - Irregularidades na destinação dos recursos da LBA - gestão Rosane Collor - para entidades e empresas alagoanas. A Polícia Federal possui provas e dados para indiciá-la em três inquéritos e o procurador da república em Alagoas, Alex Miranda,

deverá denunciá-la à Justiça - sob pena de ser acusado de prevaricação por não cumprimento do dever.

4 - Irregularidades no Ministério da Saúde - gestão Alcení Guerra - no processo de licitação e aquisição de materiais (seringas, bicicletas...) para uso do Ministério.

5 - Irregularidades no Ministério do Trabalho e Previdência Social - gestão de Antonio Rogério Magri - envolvendo a destinação de recursos do FGTS para construção de canais para saneamento no Acre e Pará (canal Maternidade), no valor de 223 milhões de dólares e, de outro lado, sua completa omissão no caso Nova Iguaçu Rio de Janeiro, onde a Previdência era assaltada por uma quadrilha, envolvendo juizes e advogados.

6 - Irregularidades no Ministério do Exército - gestão Carlos Tinoco - na aquisição de uniformes para a tropa.

7 - Irregularidades na Secretaria de Assuntos Estratégicos - gestão Pedro Paulo Leoni Ramos - que nomeou diretores para ocupar cargos chave na Petrobrás e nos fundos de pensões, que juntos movimentam anualmente mais de 2 bilhões de dólares.

As irregularidades nesta Secretaria levaram a instalação de uma CPI, no Congresso Nacional, para apurar as denúncias.

8 - Entrevista a Revista Veja de Pedro Collor, acusando Paulo César Farias de tráfico de influência no governo sob consentimento do Sr. Presidente da República, Fernando Collor. Este por sua vez é acusado, pelo irmão, de ser o sócio majoritário do PC Farias, seu testa-de-ferro, nas negociações promovidas por este. Esta entrevista à criação de uma CPI, no Congresso Nacional, para averiguar as denúncias nela veiculadas.

9 - Depoimentos do Sr. Presidente, Fernando Collor, em rede nacional de rádio e televisão onde contesta acusações que pesam sobre ele e afirma que Cláudio Vieira é o responsável por suas finanças e que há dois anos não mantém relações com PC Farias. Estes argumentos foram sistematicamente contestados na CPI através de provas documentais e testemunhais, onde o principal testemunho foi o do motorista Eriberto Batista, que afirma que as despesas da Casa da Dinda eram pagas por PC Farias, através de depósitos ou de remessa em dinheiro vivo para Ana Aciolli.

10 - O empréstimo no Uruguai de 5 milhões de dólares para cobrir despesas da campanha presidencial e pessoais de Fernando Collor. A veracidade deste contrato, foi contestada com o depoimento prestado à CPI pela Secretária da empresa ASD, Sandra Fernandes, onde afirma que o contrato foi forjado nos escritórios da ASD, em São Paulo.

Um governo nestas condições não dispõe mais de credibilidade política e de sustentação social necessárias ao desempenho da ação governamental, e a condução do País, retomando o desenvolvimento e o crescimento econômico, colocando um fim na Política recessiva por ele adotada.

Como este governo não foi capaz de apresentar fatos e provas que não deixassem dúvidas sobre seu envolvimento em tais atos, só lhe resta RENUNCIAR para que o País retome o seu caminho, e as investigações prossigam seu curso sem interferências, punindo os culpados.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 011-92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica aprovado o Relatório Final da Comissão Especial do Índio.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.92.

(aa) DOUTOR ROSINHA e
PAULO MAIA

RELATÓRIO - COMISSÃO DO ÍNDIO

No que tange a situação das comunidades indígenas (Guarani e Kaingang) nas reservas localizadas no Estado do Paraná, algumas providências devem ser tomadas com urgência para a preservação da cultura que lhe é peculiar e também para assegurar os mínimos direitos e garantias fundamentais aos índios, enquanto pessoas. Dotados de ordenamento protetivo originado da condição absolutamente particular vivida pelas comunidades indígenas, a situação pungente por que passam é determinada basicamente pela omissão estatal, determinando efetivo descumprimento das normas programáticas e mandamentais a respeito do tratamento a ser dispensado ao índio, que visa, não só a sua proteção, mas, acima de tudo, a propiciar uma vida minimamente condigna a essas comunidades silvícolas através da criação de condições de sua sobrevivência, e a desfazer o preconceito que ainda grassa no seio da sociedade em relação a índole e temperamento do índio. A ação da sociedade, apoiada por uma omissão importante dos órgãos estatais, destituídos também da estrutura e apoio necessários à consecução de um bom trabalho, que se baseia não só em uma prática assistencialista, mas, principalmente, fundamentada no conhecimento aprofundado da natureza e necessidade dos grupos indígenas, determina, em última análise, um processo de destruição da cultura indígena e do aniquilamento dos índios enquanto pessoas.

A atuação protetiva da cultura indígena, que é condição para a própria preservação do índio enquanto pessoa - sujeito de direitos e garantias fundamentais, deve ser iniciada, necessariamente, por uma postura estatal atuante, definida, sobre parâmetros de aprofundado conhecimento da cultura e das necessidades das comunidades indígenas do Paraná. À guisa de uma pretensa manutenção das suas condições próximas àqueles em que eram originalmente encontrados, no início dos tempos de exploração do colono de descendência européia que tomou as terras dos índios - o que aconteceu em todo o Brasil -, os índios no Paraná hoje vivem em condições subumanas, carentes de estruturas de higiene e saúde, cultura (não só aquelas reprodutivas da sociedade nacional, mas de forma a resgatar a sua original), moradia e meios de produção. Toda a sociedade rural, de um modo geral, incidente, especialmente, sobre os bóias-frias do Paraná, convive em condição subumana, mas os índios em particular, em que pese todo o ordenamento jurídico existente e que a coloca como sujeito especial de vários direitos protetivos, estão relegados a um último plano, pois está a se confundir condição de misérrimas com aquelas que originalmente se encontram nas suas sociedades originais.

Os índios são obrigados a sair para trabalhar de "bóias-frias". Inclusive há uma empresa do Mato Grosso que vem buscá-los na estrada da reserva para levá-los àquele Estado, onde, pelo que ficamos sabendo, trabalham em regime de semi-escravidão.

Como já foi dito, necessariamente o Estado do Paraná, através de seu governo, deve tomar frente na recomposição das condições de vida e da cultura dos índios. Só uma atuação imediata, contundente e incisiva, calcada nos dados e propostas colhidos por pessoal especialmente, interdisciplinar e intersecretarial, poderá determinar a salvação do índio e da sua cultura no Paraná. Da forma como se encontra atualmente, e mantidos os rumos atuais, a comunidade indígena no Paraná será objeto de "extinção", numa omissão genocida que vem se perpetuando há centenas de anos e em detrimento da teimosia do índio em sobreviver. As Secretarias de Estados do Governo do Paraná devem buscar, com urgência, operação conjunta num processo de recomposição da vida dos índios nas suas reservas e no próprio resgate de sua cultura.

Pois é notório que a FUNAI, na forma como opera atualmente, se mostra ineficiente ou insuficiente em sua atuação "protetiva", falhando, não por desejo de seus técnicos, mas pela falta de estrutura que lhe propicie uma atuação mais próxima

do ideal, determinando, em última análise, uma prática que perpetua o índio como ser inferior e como cultura a ser diluída. O índio é um ser que existe contemporaneamente, e deve merecer a atenção e os cuidados que impliquem a criação das condições de manutenção e desenvolvimento da sua cultura.

Existe um déficit de moradias que é gravíssimo e contribui para a miséria das comunidades indígenas.

As condições de saúde dos índios é gravíssima e determinante do seu enfraquecimento e extinção. A FUNASA, que é o órgão próprio de atendimento à saúde indígena, vinculado ao SUS, é inoperante. De modo geral não há equipe de atendimento à saúde nas reservas indígenas. O índio sempre foi vítima das doenças trazidas à sua sociedade pelo colono de origem européia. Originalmente saudável e desconhecedor de várias doenças endêmicas, o índio brasileiro mostrou-se frágil diante das pestes que o colono trazia consigo.

A partir desta constatação, a atenção à saúde do índio deve ser prioritária, em especial a saúde oral, que é fator preponderante para a efetivação de uma alimentação correta e saudável. Já há inclusive caso de AIDS na reserva de Laranjinha. As índias estão se prostituindo para sobreviver em Rio das Cobras e a principal causa de morte é por atropelamento por falta de lombadas e sinalização nas estradas que cortam as reservas.

A educação, como acontece hoje nas reservas, é altamente fraca. A atuação deveria acontecer (e a Secretaria de Estado da Educação deveria preocupar-se com isso) dentro de parâmetros e objetivos que visem à reestruturação e sedimentação da cultura indígena.

Juntamente com a segurança da posse da terra, o índio deve merecer uma atenção especial na concessão dos meios de sua produção, em especial para a sua sobrevivência e para o incremento da sua alimentação. As sementes que lhe são normalmente fornecidas, chegam à terra com a qualidade duvidosa, implicando em colheitas minguadas, merecendo uma atenção dos órgãos estatais competentes, ligados à Secretaria da Agricultura, para que busquem o resgate da cultura de lavradores de que muitos grupos étnicos eram portadores.

O fato de simplesmente conceder-lhes as sementes não determina eficácia na atuação dos índios com agricultores, pois com o passar dos tempos, muitas destas práticas foram esquecidas por motivos até alheios à sua vontade, merecendo uma retomada das suas tradições com a ajuda dos órgãos estatais competentes ligados à Secretaria de Agricultura.

TERRAS INDÍGENAS COM AÇÕES NA JUSTIÇA FEDERAL

A.I. QUEIMADAS - Autos n° 00.0004707-4 - Ação Ordinária Demarcatória do Quinhão - 15 movida pela União Federal e FUNAI contra espólio de Elias Karan e Outros - 4.ª Vara Federal (aguarda sentença).

A.I. RIO AREIA - Autos n° 90.6346-9 - Ação Cautelar movido por Camargo Sell Ltda e outro contra União Federal e FUNAI. 9.ª Vara da Justiça Federal (perícia ainda não realizada).

A.I. MANGUEIRINHA - Autos n° 106.932-2 Ação de Reintegração de Posse c/c Perdas e Danos, movida por Israel Marques Cajai contra FUNAI e Outros - 2.ª Vara Justiça Federal (aguarda sentença).

A.I. - Autos n° 77.424-3 - Ação de Manutenção de Posse movida por Faustino Gomes e Outro contra FUNAI - 4.ª Vara Justiça Federal (aguarda sentença).

A.I. RIO DAS COBRAS - Autos n° 1.988/87 - Ação de Indenização por desapropriação Indireta movida por José Pereira dos Santos e Outros (28) contra FUNAI - 7.ª Vara da Justiça Federal (sentença favorável a FUNAI)

A.I. MANGUEIRINHA - Autos n° 3784/78 e 3.785/78 - Ação em que constam FUNAI, F. Slavieiro e Filhos e Jone Rodrigues Lima e Outros - 2.ª Vara Justiça Federal (aguarda sentença).

Terra Indígena que tiverem seus territórios reduzidos por força de Acordo entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Paraná em 1.949.

Mangueirinha	- 7.400 ha
Ivaí	- 7.200 ha
Queimadas	- 3.081 ha
Faxinal	- 2.043 ha
Apucarana	- 6.300 ha
Rio das Cobras	- 18.682 ha

SUGESTÕES:

Efetivamente, sugerimos que o Governo do Estado, por mecanismo próprio e até engajado com os órgãos federais e municipais correlatos, inicie uma atuação instituindo órgão técnico, intersecretarial, que sistematize um diagnóstico e implemente as medidas de resgate das condições culturais e pessoais dos índios no Paraná.

Outra medida urgente, e que pode ser operada também através dos órgãos do Governo do Estado, diz respeito a definição das terras indígenas. Visto que o Governo Federal em sua reforma administrativa extinguiu o departamento responsável por esse serviço. A demarcação atual é falha e desrespeitada, e os grileiros não estão a merecer a coerção da polícia. O ITCF e a Secretaria de Segurança podem e devem atuar de forma contundente nesta questão. O direito dos índios à terra é líquido e certo, por previsão constitucional, e a

sua usurpação é um grande fator da delegação das suas condições de vida e da sua cultura.

As áreas que estão "sub judice" precisam ser legalizadas urgentemente, com a participação do Governo do Estado.

Os órgãos governamentais precisam criar mecanismos para garantia de futuras áreas de terra e esses índios, face ao crescimento populacional nas reservas indígenas.

A Comissão Parlamentar sugere, ainda, a criação de um Fórum permanente para tratar das questões indígenas.

CONCLUSÃO:

A multiplicidade de carência e as áreas em que elas são registradas só podem ser sanadas tomando-se o problema indígena globalmente; a solução não pode dar-se setorialmente (só na educação, só na saúde, etc). Uma atuação sistemática, interdisciplinar e intersecretarial do Governo do Estado, através de órgão próprio, técnico e especializado, trabalhando conjuntamente com os órgãos correlatos dos demais entes federados e representantes das comunidades indígenas, tomando-se por base uma política previamente definida e delimitada com precisão, e a única forma de salvar o índio, como cultura e como pessoa detentora de direitos e garantias individuais.

COMISSÃO ESPECIAL - QUESTÃO INDÍGENA

Deputado Florisvaldo Fier - Presidente
Deputado Paulo Maia - Relator
Deputado Cezar Silvestri - Membro
Deputado Cleiton Kielse - Membro

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Horário das Lideranças concedo a palavra a Deputada Lygia Pupatto.

A SRA. LYGIA PUPATTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, boa tarde.

Nós tomamos conhecimento hoje, através da imprensa, que no dia de ontem se fez um acordo entre as lideranças partidárias nesta Casa, com exceção do nosso Partido o PT, para que a Assembléia trabalhe uma semana por mês até as eleições de 3 de outubro.

O redator da matéria se reporta a esta atitude: "a folga geral foi decidida ontem". Numa análise superficial nós poderíamos até dizer que o jornalista que fez a referida matéria estaria querendo denegrir a imagem da Assembléia Legislativa do Paraná.

Só que nós sabemos que essa expressão do jornal reflete a opinião e o sentimento da esmagadora maioria da população brasileira sobre a classe política. População esta, que vê os políticos como aqueles que ganham muito, trabalham pouco, são corrup-

tos e exercem seus mandatos em benefício próprio, enquanto a maioria do povo está cada vez mais miserável.

Num momento tão grave para o nosso País, quando toda a Nação brasileira está estarrecida e paralisada em virtude da crise política, ética e moral que toma conta do Governo Federal, mais do que nunca, o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas de todos os Estados brasileiros devem estar atentos e vigilantes. Embora reconheçamos a importância das eleições municipais, mesmo os Deputados do PT, sendo candidatos nas mesmas, não devemos e não podemos reduzir nossas atividades legislativas. Devemos sim, dar nossa contribuição para começarmos a tentar resgatar a credibilidade da classe política brasileira e mostrarmos à população que nem todos os políticos são iguais. Sendo assim, nós, fazemos um apelo a todos os colegas para que assumam a posição da Bancada do PT que é da defesa da normalidade dos trabalhos da Assembléia, com sessões normais de segunda a quinta quando a matéria for aqui discutida.

O Sr. Nilton Barbosa - Concede-me um aparte? (Assentimento).

Deputada Lygia, eu não participei da reunião de ontem, mas, segundo comentários, não houve esse entendimento. É normal que a imprensa publique coisas verdadeiras e não é de estranhar às vezes, o inverso ou um engano. Eu assinei pela Bancada do Partido Social Trabalhista, um Projeto de Resolução do Deputado Orlando Pessuti - Líder da Bancada do PMDB e do Governo, que estabelecia que as segundas-feiras ficavam os trabalhos para as comissões técnicas, terça e quarta sessão normal e na quinta-feira teríamos sessão normal somente que às 10 horas da manhã. O que eu acho corretíssimo. Agora, se houve entendimento para isso que saiu no jornal e para o que V.Exa. está dizendo, nós desconhecemos e somos contrários. Nós queremos é trabalhar.

Vamos cumprir aquilo que temos que fazer: de segunda a quinta e de sexta a domingo vamos todos ao interior pedir voto para nossos candidatos a prefeito.

SRA. LYGIA PUPATTO - Fico contente, Deputado.

O Sr. Paulo Maia - Concede-me um aparte? (Assentimento).

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Eu digo a V.Exa. e ao Plenário desta Casa, nós estivemos presente representando a Bancada do Partido Democrático Trabalhista e não é verdade a notícia publicada, porque o que nós concordamos - naquela oportunidade, foi não votar e não trazer à discussão o

Projeto de Resolução, mas sim, concordar na normalidade dos trabalhos na Casa. E se há uma outra decisão que eu tenho certeza que não há, não tem o respaldo do Partido Democrático Trabalhista com Bancada nesta Casa. Os trabalhos serão normais e o Presidente desta Casa, achou por bem que as sessões devam ser levadas dentro da sua normalidade, havendo, inclusive, a possibilidade da concentração no transcurso do mês quando de projetos importantes para o Paraná e de se fazer uma concentração de trabalho numa determinada semana.

Por isso, não é o trabalho de apenas uma semana, mas é o trabalho normal do mês sem com isso impedir o trabalho desta Casa pelas questões do Paraná.

Então, eu em nome da Bancada do Partido Democrático Trabalhista registro esta posição. Estive presente àquela reunião de lideranças onde chegou-se a um acordo com todas as lideranças presentes de que não se discutiria a proposta assinada aqui pelas lideranças, que era um projeto de resolução, procurando reduzir os trabalhos na Casa.

O consenso foi pela normalidade dos trabalhos, havendo a possibilidade de reuniões nas segundas-feiras, reuniões de comissões. E, se houver possibilidade e se o Plenário aprovar, o chamado da sessão da quinta-feira das 14h para o período da manhã. Esse o acordo que estivemos presentes.

Muito obrigado.

A SRA. LYGIA PUPATTO - Acho importante as manifestações colocadas aqui. Nós da bancada do PT estamos até um pouco mais tranquilos que não estamos sozinhos nessa parada.

E gostaria de retomar que se essa atitude for a nossa, acho que nós iremos com mais tranquilidade trabalhar nos finais de semana nas eleições e vamos poder dizer, de cabeça erguida, que nós somos Deputados do Estado do Paraná.

O Sr. Orlando Pessuti (Aparte) - Deputada Lygia, Senhores Deputados e Senhor Presidente.

O Deputado Paulo Maia bem como Deputado Nilton Barbosa que apartearam V.Exa., colocaram com clareza qual foi o entendimento mantido na tarde de ontem em reunião com a presença da maioria das lideranças dessa Casa.

Nossa intenção, desde a primeira hora, era fazer com que a Assembléia Legislativa trabalhasse todas as semanas e pudesse estar atenta a todos os problemas que acontecem não só nos nossos municípios, no nosso Estado, mas nosso País.

Entendíamos que se liberássemos os Senhores parlamentares do cumprimento da ta-

refa de plenário da segunda-feira e deixássemos esse dia para reuniões e comissões especiais ou comissões permanentes e, que se aqui estivéssemos, todos nós, na terça, quarta e quinta-feira, nós teríamos condições de fazer com que a Assembléia Legislativa funcionasse dentro de um ritmo normal e que os Senhores parlamentares não tivessem necessidade de viajar todos os domingos de madrugada ou todas as segundas-feiras de madrugada para estarem aqui na segunda-feira durante o dia sem maiores riscos. Porque todos nós sabemos, a imprensa sabe, seja a imprensa escrita, falada, ou televisionada, todos nós sabemos que os parlamentares, na condição de políticos, eles estarão envolvidos, seja de que partido for, nas campanhas eleitorais. E campanha eleitoral ocorre todos os dias da semana e os comícios e as reuniões principalmente na sexta, sábados e domingos, a noite inclusive.

Então, todos nós aqui, com certeza, estaremos com nossas agendas, com os nossos finais de semana ocupados, enquanto que muitos daqueles que nos criticam estarão tranqüilamente no aconchego do seu lar, nós estaremos em praças públicas de madrugada tentando através da explanação das nossas idéias colocar quem sabe uma melhor opção política aos nossos municípios. E estaremos até 1, 2 horas da manhã nessa tarefa.

Todos nós sabemos como é que acontece as campanhas, os comícios. Não acabam nunca antes das 8 horas da noite. E vão acabar 1, 2 horas da manhã, 3 horas, 4 horas da manhã muitas vezes.

Então, essas coisas nós estávamos sugerindo aquele projeto de resolução de forma que nós pudéssemos desobrigar um pouco os Senhores Parlamentares na segunda-feira, para que pudessem na segunda-feira, cuidar da sua agenda da semana, vir à Assembléia receber alguns Prefeitos, ir às Secretarias, e concentrarmos realmente esforços nas 3.^a, 4.^a e 5.^a feiras, de forma que estivéssemos liberados nas 6.^a feiras, sábados e domingos para o nosso trabalho no interior do Paraná.

Na reunião de Lideranças de ontem, praticamente se ajustou isso, que estaremos aqui trabalhando na 5.^a, na 4.^a, na 3.^a e também nas 2.^{as} feiras.

Então não haverá nenhuma alteração nos trabalhos da Assembléia, é evidente que, se necessário nos iremos concentrar numa determinada semana as matérias mais polêmicas, as matérias que requeiram quórum qualificado, e aí sim, nós iremos, as lideranças, fazer um esforço, para que todos venham naquela semana.

Então quando se fala numa semana de esforço concentrado durante o mês, é bom que se esclareça que é uma semana onde nós

procuraremos eliminar todas as matérias polêmicas, complicadas, e no decorrer das outras semanas as matérias mais amenas onde não haverá, quem sabe, aquele acirramento entre a situação e a oposição, entre este ou aquele Partido, de forma que possamos dar aprovação sem discussão. Então a Assembléia trabalhará dentro daquilo que estabelece o Regimento e havendo necessidade faremos, uma vez por mês um esforço concentrado para eliminar as matérias polêmicas.

Mas, dizer que os Deputados vão ficar de férias, que os Deputados não queiram trabalhar isso é uma inverdade porque neste período eleitoral, com toda certeza, nós, os Parlamentares, estaremos nos desdobrando muito mais do que em outras épocas. Nós estaremos nesta fase trabalhando, seja aqui na Assembléia, nas Secretarias, ou em campanhas no interior, 16, 17 ou 18 horas por dia, no mínimo.

A SRA. LYGIA PUPATTO - Eu queria dizer ao Deputado Orlando Pessuti, como o nosso Partido não foi chamado ontem a participar dessa reunião de lideranças, e o que a imprensa passou, realmente, não foi essa decisão e por isso nós tomamos a liberdade de vir aqui questionar essa decisão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Eu anuncio, para a satisfação de todos nós, do Doutor José Manoel Malca, representante estadual da República do Uruguai. Representa, oficialmente, o Ministério do Turismo, aqui no Estado do Paraná, a quem nós saudamos neste momento, a sua presença entre nós, mormente no momento em que se discute muito a integração dos países, para o MERCOSUL. E eu acho que neste momento, a integração entre brasileiros, uruguaios, argentinos e paraguaios, na sequência com outros Países, Bolívia, Colômbia, isso é muito importante.

A sua presença aqui, Doutor Manoel Malca nos é muito importante, eu lhe concedo o microfone da Mesa Executiva da Assembléia do Paraná, para que Vossa Excelência faça o seu primeiro contato com os Parlamentares desta Assembléia, mesmo porque estará à nossa disposição aqui em Curitiba como representante oficial do Ministério de Turismo do Governo do Uruguai.

O SR. JOSÉ MANOEL MALCA - Senhor Presidente, distintos Senhores Deputados.

Já o Senhor Algaci Túlio mencionou, em poucas palavras a nossa representação aqui, no Estado do Paraná. O Governo uruaio reconhece a importância do Estado do Paraná, inclusive o nosso Ministério de Turismo esteve nos últimos 6 meses, duas

vezes visitando a Capital e o interior do Paraná, então o nosso Presidente da República, devido a essa importância, mandou instalar um escritório de representação do Ministério do Turismo, ato pioneiro, porque somos a primeira representação neste âmbito, fora do Uruguai, no Brasil.

Nosso trabalho é de integrar os povos e governos, paranaenses e uruguaios, no sentido da parte humana, turística, cultural, desportiva, artística, e nesse sentido estamos abertos aguardando vossas inquietudes, tentando facilitar todas as posições dos Senhores, e aqui em Curitiba nosso escritório de representação fica à disposição dos Senhores para qualquer programa de integração. Agradeço toda a atenção que nos foi outorgada, e tanto aqui, como no Uruguai, nosso Ministério e nosso escritório está à disposição dos Senhores Deputados.

Muito obrigado por tudo e aguardo a visita e o telefonema dos Senhores.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Muito obrigado pela presença do Doutor José Manoel Malca, repito, representante do Governo do Uruguai na questão do Ministério do Turismo. Evidentemente que o Estado do Paraná vai no decorrer desse período todo ter muitos contatos com o Uruguai, com a Argentina, com o Paraguai, especialmente com o Uruguai que nos visita e nos dá satisfação, e já fez aqui em Curitiba um departamento onde possam fazer os primeiros contatos.

Muito obrigado pela sua presença. Suspendo a Sessão por dois minutos.

No Horário das Lideranças com a palavra o Deputado Paulo Maia, Liderança do PDT.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, nobre representante do Governo Uruguio nesta Casa, a Bancada do Partido Democrático Trabalhista não poderia deixar de passar sem registrar nesta oportunidade a sua posição referente a situação que assola este País, e mais ainda, pelo fato de que amanhã nós teremos uma manifestação a nível de Paraná, e devido às dificuldades em termos de compromissos da maioria dos representantes da nossa Bancada, provavelmente não estaremos presentes, faremos o possível para mandar ou para ter lá um representante do Partido Democrático Trabalhista.

E como tal, queremos deixar registrado nos Anais desta Casa a nota oficial da Bancada do PDT na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. (Lê):

**NOTA OFICIAL DA BANCADA DO PDT
NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ**

A Bancada do PDT na Assembléia Legislativa do Paraná, coerente com seus princípios, vem a público, repudiar a impunidade, a imoralidade e a corrupção em quaisquer níveis. Reafirmamos nossa convicção da necessidade de fortalecimento e transparência de todos os atos desenvolvidos e apurados pela CPI em funcionamento no Congresso Nacional. Não aceitamos que um problema que aflige o País seja motivo para manifestações levianas e oportunistas, neste grave momento.

As denúncias e os atos de corrupção apurados pela CPI jamais serão objeto para exploração política irresponsável ou demagógica pela nossa Bancada. Todos os culpados, já identificados pela CPI, devem ser imediatamente responsabilizados pelos seus atos e punidos exemplarmente, não importando cargos, posições ou siglas partidárias.

Somos contra a corrupção e não carregaremos a pecha de omissos ou coniventes com a gravidade do quadro nacional. Certamente os candidatos do PDT às próximas eleições têm postura semelhante.

Defendemos o mesmo tratamento para aqueles acusadores que posam de honestos, mas que têm ou tiveram marcas de corrupção e desmandos na sua passagem pela administração pública, denunciados pela imprensa e pela sociedade, e que continuam impunes. Esperamos resposta a essas denúncias, para desmascarar tais figuras que pregam transparência e democracia, quando suas histórias apontam para o lado oposto.

O PDT está representado na CPI por ilustres companheiros que merecem respeito e a credibilidade da sociedade brasileira. Estamos certos de que, em nível nacional, o Partido manterá a mesma linha de atuação lúcida, como tem procedido até agora, fiel às suas tradições.

Confiantes na seriedade e lisura dos trabalhos da CPI, acataremos, incondicionalmente, as suas conclusões, após comprovadas, ainda que isso implique a punição do próprio Presidente da República.

Curitiba, 07 de agosto de 1992.

(aa) PAULO MAIA

CEZAR SILVESTRI

EMILIA BELINATI

ALBINO CORAZZA

ALGACI TÚLIO

RAFAEL GRECA DE MACEDO

SR. PAULO MAIA (Termina de Ler) - Fazemos isto nesta data e registramos nesta Casa para conhecimento da Bancada do PDT do Estado do Paraná demonstrando que a nossa preocupação neste momento é com as coisas desse País, com a seriedade e jamais a cobertura às corrupções, às impunidades ou quem quer que seja. Hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados fica aqui neste

momento registrado para conhecimento do Paraná em nota oficial da nossa Bancada a nossa posição nesse momento com esta questão que é muito séria a nível do Brasil. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Liderança do PST.

SR. NILTON BARBOSA - Sr. Presidente, vai usar o horário da Liderança do PST o Deputado Dirceu Manfrinato.

SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero registrar hoje nos Anais desta Casa uma carta que recebi do Município de Cianorte, a que estou encaminhando ao Governador Roberto Requião e ao Sr. Secretário da Habitação Luiz Cláudio Romanelli.

"Cianorte, 03 de agosto de 1992" (Continua lendo conforme xerox anexo). Excelentíssimo Sr. Governador Roberto Requião. Sou muito pobre, eu e meu filho estamos desempregados. Como o Senhor sabe o custo de vida está alto. Já é difícil viver estando empregado, imagine estando desempregado.

Aqui em Cianorte está muito difícil de se encontrar um emprego, todos que aparecem e quando aparecem, só querem pessoas com prática, ninguém quer dar chance a ninguém. Eu não tenho profissão, pois nasci de uma família muito pobre e não tive a chance de estudar altos níveis para conseguir um emprego como tal.

Bem, mais isso não vem ao caso eu disse tudo isso porque estou preocupada, porque pago um aluguel de cento e quarenta mil cruzeiros, que para mim é altíssimo pelas minhas condições de vida, é claro!

Sr. Governador, aqui em Cianorte está uma vergonha se tratando de casas populares. Quando eu vi o Sr. falar na televisão que iria mandar verbas para a construção de casas populares, fiquei muito feliz, mas esta felicidade durou pouco, pois só ganharam casas quem já as possuía ou pessoas que tinham a proteção de pessoas dentro da prefeitura. Mas como eu não tenho a proteção de ninguém, apenas fiz a inscrição, e não ganhei a casa.

As vezes eu encontro com o prefeito, o Sr. Edno Guimarães e reclamo com ele porque eu não ganhei uma casa e ele sempre com o mesmo papo, "calma que você vai ganhar", mas confesso que já me cansei de esperar. Como eu havia dito eu não tenho nada e não quero nada/ apenas a minha casinha.

Inclusive se eu tivesse condições compraria um direito, pois tem gente que ganhou a casa e está vendendo mas o preço não está ao meu alcance, elas variam de três a seis milhões de cruzeiros.

Atenciosamente, agradeço a atenção que dispensa a este assunto.

Alzira Marin.
R: Uberaba, nº 291,
Cianorte - Paraná.

OFÍCIO Nº 172/92

Sr. Governador:

O presente tem a finalidade de encaminhar a Vossa Excelência, carta de 03.08.92, firmada pela Senhora Alzira Marin, residente no Município de Cianorte, referente Casas Populares para apreciação de Vossa Excelência, em atendimento a solicitação da mesma.

Sendo o que se apresenta, subscrevemo-nos, renovando protestos de estima e apreço.

Atenciosamente

Dirceu Silveira Manfrinato
Deputado Estadual

OFÍCIO Nº 173/92

Senhor Secretário:

A presente tem a finalidade de encaminhar a Vossa Excelência, carta de 03.08.92, firmada pela Senhora Alzira Marin, residente no Município de Cianorte, referente Casas Populares para apreciação de Vossa Excelência, em atendimento a solicitação da mesma.

Sendo o que se apresenta, subscrevemo-nos, renovando pretestos de estima e apreço.

Atenciosamente

Dirceu Silveira Manfrinato
Deputado Estadual

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Termina de ler carta e ofício).

Sr. Presidente e Senhores Deputados, todos vocês são testemunhas do nosso comportamento, da nossa ética dentro deste Parlamento. Estou encaminhando esta carta ao Governador Roberto Requião e tenho certeza, pela forma como conheço a austeridade do Governador Roberto, de que esta carta não ficará sem resposta porque o Deputado Dirceu Manfrinato já denunciou pela imprensa que o Prefeito de Cianorte está utilizando os recursos do Governo do Paraná para o projeto da casa da família para comprar votos sem utilizar os critérios que deseja o Governador Roberto Requião e o Sr. Secretário Romanelli da Habitação.

Cabe a mim, que faço parte da sustentação do Bloco desta Casa ao Governador do Estado alertá-lo dos fatos que estão ocorrendo porque eu não posso compactuar-me com esses tipos de comportamentos uma vez

que a vontade do Governo é atender às pessoas carentes e necessitadas e as casas não são para negociar com intenções políticas.

As negociatas políticas aparecem para os caloteiros da política como a exemplo que estamos vivendo hoje lá em Brasília, dos trens pagadores que andaram pelo Paraná e pelo Brasil comprando lideranças políticas, comprando votos e hoje estão assaltando, roubando o País inteiro, trazendo a fome, a miséria e a injustiça.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, estarei assinando amanhã um ofício endereçado ao Presidente da CPI em Brasília. O povo brasileiro está perplexo. Eu como homem público, como um Deputado estou perdendo a fé e a esperança, mas ainda quero acreditar que o destino do País está nas mãos do Congresso Nacional. E o povo passou por muito tempo na expectativa de mudanças e na esperança dos fatos novos que eram as "Diretas Já". Quantos e quantos saíram pelas ruas em busca das diretas na esperança do futuro as, esperanças que tivemos na nova Constituição e hoje estamos desesperançados.

Não se acreditam mais nos políticos e a forma de resgatar a credibilidade dos políticos é através do Congresso Nacional dar uma satisfação a todas as Assembléias do Brasil, a todas as Câmaras de Vereadores, e todas as Prefeituras mostrando com clareza, com seriedade, não permitindo que o valor econômico fale mais alto, para desmascarmos toda essa vergonha que estamos vivendo no País e, principalmente, perdendo a credibilidade do nosso País no exterior.

Falam dos políticos! E eu sei que existem políticos bons, políticos que defendem, que querem buscar a esperança do amanhã, oferecer aos seus filhos, aos filhos dos nossos eleitores um horizonte melhor, um dia mais seguro e um dia com mais certeza.

Mas eu quero acreditar, o povo brasileiro quer acreditar, de que a decisão dessa CPI terá que ser clara e justa e quem dever tem que ser responsabilizado e inclusive ser punido com o seu mandato, porque nós não vamos permitir esse processo político e no ofício que eu estou encaminhando, estou pedindo também ao presidente da CPI, que divulgue os nomes dos Deputados do Paraná, caso estejam envolvidos no escândalo, nessa vergonha, porque na minha região aqueles que passaram por lá e se estiverem envolvidos, eu serei o primeiro a denunciar e pedir ao povo - que pare com isto porque ninguém suporta mais. Muito Obrigado.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Eu gostaria que fosse registrado nos

Anais da Casa, a presença do Prefeito de Guaíra Mário Barbosa Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Esta Assembléia sente-se honrada com a presença do prefeito de Guaíra.

Liderança do PFL. (Declina)

Encerrado o Horário das Lideranças, passa-se a

ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 442/92, subscrito pelo Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 06 do corrente mês, em função de compromissos assumidos no Município de Cianorte. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria dos Srs. Deputados Dr. Rosinha e Paulo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. Apreciado. A Diretoria Legislativa.

Os Deputados Paulo Maia e Florisvaldo Fier encaminham relatório final da Comissão do índio, em projeto de resolução. - A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 170/92, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES MORADIAS IGUAÇU - AMMI, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado (Publ. no D.A. nº 81, de 08.06.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 170/92

O presente projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado ALGACI TÚLIO, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores Moradarias Iguaçu - AMMI, com sede e foro nesta Capital.

Examinando o processado, verificamos a farta documentação que instrui, atendendo perfeitamente a todas as exigências da Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria em nosso Estado.

Constitucionalmente a iniciativa é pertinente e a forma está adequada ao Regimento Interno.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 171/92, de autoria da Deputada EMÍLIA BELINATI, que declara de Utilidade Pública a CASA DO HEMOFÍLICO, com sede e foro na cidade de Londrina, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado (Publ. no D.A. n° 81, de 08.06.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 171/92

P A R E C E R:

Ora sendo examinado por esta Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Lei n° 171/92, de autoria da Deputada Emília Belinati, visa declarar de Utilidade Pública a Casa do Hemofílico, com sede e foro na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Constatamos que o presente plano de lei encontra-se devidamente instruído com a documentação exigida pela Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, dispositivo este que dita as normas para que uma entidade possa ser declarada de Utilidade Pública.

Além das considerações acima expostas, a justificativa apresentada pela autora nos convence plenamente da sua oportunidade, razões pelas quais emitimos o nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 178/92, de autoria do Deputado JOSÉ ARTHUR RITTI, que determina que o material de expediente que tenha perdido sua finalidade seja destinado a entidades assistenciais, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 87, de 15.06.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 178/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado José Arthur Ritti, tem por finalidade determinar que o material de expediente que tenha perdido sua finalidade, seja destinado a entidades assistenciais, conforme especifica.

Legal e constitucionalmente, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, não se encontra qualquer óbice que possa impedir sua normal tramitação neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação, na forma da Emenda Substitutiva que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 178/93
EMENDA SUBSTITUTIVA

* Art. 1° - Autoriza o Poder Executivo a determinar que as instituições e órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, bem como as empresas de economia mista das quais o Estado seja acionista majoritário destinem às entidades assistenciais do Estado do Paraná, que tenham sido declaradas de Utilidade Pública, todo o material de expediente considerado inservível para reutilização ou que tenha perdido sua finalidade.

Sala das Comissões, em 30.06.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO
Presidente e Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 179/92, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública o ASILO SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e foro no município de Imbituva, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 87, de 15.06.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 179/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 172/92, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, prevê a declaração de Utilidade Pública do Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Imbituva.

Sob os aspectos regimental, legal e constitucional, o presente projeto de lei não apresenta óbices à sua normal tramitação, e está apto para ser apreciado pelo Plenário desta Assembléia Legislativa.

S.m.j., é o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 205/92, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que autoriza o Poder Executivo a transferir o Hospital Carolina Lupion, ao Município de Jaguariaíva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado (Publ. no D.A. n° 105, de 03.08.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 205/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Erondy Silvério, o presente plano de lei autoriza o Poder Executivo a transferir o Hospital Carolina Lupion, ao Município de Jaguariaíva.

Encontra-se o processado de conformidade com as exigências de ordem legal, constitucional e regimental, inexistindo óbices de qualquer natureza à sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos de parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.08.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sobre a mesa, requerimento de nº 1209, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1202, de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1203, de autoria do Sr. Deputado João Iensen, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1205 a 1207, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. - Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1208, de autoria dos Srs. Deputados Lygia Pupatto, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. - Em discussão.

O SR. DR. ROSINHA - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. NELSON JUSTUS - (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, ainda ontem, na Sessão Plenária, nós também pedimos, Pela Ordem, ao Deputado Anibal Khury, e consultávamos da possibilidade de se incluir na sessão de hoje, os Projetos de Lei nºs 200 e 201.

O primeiro, trata de uma suplementação de dois bilhões e quinhentos milhões, e o segundo, de um crédito suplementar de vinte e três bilhões à Faculdade Ciências e Letras de Campo Mourão.

Ambos os projetos já receberam parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, e também da Comissão de Finanças, estando, portanto, em condições de serem incluídos na Ordem do Dia.

Então, eu apelo a Vossa Excelência, se for também do vosso entendimento, para que possamos incluir essas duas matérias que são da maior importância para o funcionamento dos poderes públicos estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Informo a Vossa Excelência que o Projeto de Lei nº 200/92, acaba de chegar à Mesa Executiva e nós o colocaremos na sessão da próxima segunda-feira, incluída já na Ordem do Dia.

O outro projeto, a Mesa ainda não recebeu das Comissões. Quero crer que está ainda tramitando pelas Comissões.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 170, 171, 178, 179 e 205/92.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 111, 190, 197 e 200/92.

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

R E S O L V E:

PORTARIA Nº 075/92

conceder, a IRACI TORELLI PIRES, funcionária contratada deste Poder Legislativo, dez (10) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 22 de julho do corrente ano.

(Prot. nº 5783)

PORTARIA Nº 076/92

conceder, a MARIA ELIZA PACHECO SILVEIRA, funcionária contratada deste Poder Legislativo, dez (10) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 22 de julho de 1992.

(Prot. nº 5782)

PORTARIA Nº 077/92

conceder, a MARIA ELIZABETE CAMATTI, funcionária contratada deste Poder Legislativo, quinze (15) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 06 de julho do corrente ano.

(Prot. nº 5781)

PORTARIA Nº 078/92

conceder, a REGINA CELIA MENDES, funcionária contratada deste Poder Legislativo, quinze (15) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 29 de junho do corrente ano.

(Prot. nº 5364)

PORTARIA Nº 079/92

determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do Imposto de Renda re-

tido na fonte, dos proventos de inatividade de WALDENICIO BARBALHO, ex-Parlamentar, nos termos do item 8, letra "i", da Instrução Normativa nº 7, de 16 de janeiro de 1989, da Secretaria da Receita Federal, e Art. 6º, item XIV, da Lei Federal nº 7713, de 22 de dezembro de 1988.

(Prot. nº 2485)

PORTARIA Nº 080/92

antecipar, para a partir de 03 de agosto do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria nº 121-91, a funcionária MARIA DO ROSARIO MARQUES, matrícula nº 064, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A" - NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Prot. nº 5039)

PORTARIA Nº 081/92

determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do Imposto de Renda retido na fonte, dos proventos de inatividade de LADISLAU LACHOWSKI, matrícula nº 013, funcionário inativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, aposentado pelo Decreto Legislativo nº 31/67, de 17 de janeiro de 1967, nos termos do item 8, letra "i", da Instrução Normativa nº 7, de 16 de janeiro de 1989, da Secretaria da Receita Federal, e Art. 6º, item XIV, da Lei Federal nº 7713, de 22 de dezembro de 1988.

(Prot. nº 4592)

Gabinete da Diretoria Geral, em 03.08.92.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Atas das Comissões:

12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Erondy Silvério, e com a presença dos seguintes Deputados: Luiz Carlos Martins, Toti Colaço, Dalton Machuca, Nelson Justus, Ovídio Constantino, Emilia Belinati, Paulo Maia, Antônio Costenato Neto, Oswaldo Trevisan, Nilton Barbosa, Mário Bezerra e Arlindo Troian. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta esta sessão, aprovando a ata da sessão anterior, após discussão e votação. Não havendo expediente, passa-se à Ordem do Dia. O Senhor Deputado Mário Bezerra faz uso da palavra para dizer que se sente feliz por estar novamente nesta Comissão e pede que seja registrado em ata a mentira da declaração do Jornal do Estado, onde diz que este Deputado fez pressão

ao Deputado João Iensen, para assumir a sua vaga. 1) Projeto de Lei nº 187/92 de autoria do Tribunal de Contas. Parecer FAVORÁVEL às Emendas, do Deputado Mário Bezerra - APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 171/92 de autoria da Deputada Emilia Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 3) Projeto de Lei nº 167/92 de autoria do Tribunal de Contas. Parecer FAVORÁVEL às Emendas, do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 4) Projeto de Lei nº 196/92 de autoria do Deputado Renato Adur. O Deputado Relator, Antônio Costenato Neto, requer diligência - Deferido; 5) Projeto de Lei nº 107/92 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenato Neto - APROVADO; 6) Projeto de Lei nº 179/92, de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 7) Projeto de Lei nº 172/92 de autoria do Deputado Plauto Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 8) Projeto de Lei nº 166/92 de autoria do Tribunal de Contas. Parecer FAVORÁVEL às Emendas do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 9) Projeto de Lei nº 69/92, oriundo do Poder Executivo. O Deputado Relator, deu o seguinte parecer: FAVORÁVEL às emendas nº 1, 3, 4, 5, 6 e 7. Contrário às Emendas nº 2 e 9. Com relação à Emenda nº 8, acata parcialmente, apresentando emenda substitutiva. Apresente Emenda ao Substitutivo Geral deste Projeto - APROVADO o parecer; 10) Projeto de Lei nº 188/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Dalton Machuca - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 152/92 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL às Emendas, do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 173/92 oriundo do Tribunal de Contas do Paraná. Parecer FAVORÁVEL às Emendas, do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 178/92 de autoria do Deputado José Artur Ritti. Parecer FAVORÁVEL com Emenda, do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 14) Proposição Veto nº 52/92 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei 98/92 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 190/92 de autoria do Deputado Orlando Pesutti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ovídio Constantino. APROVADO. 16) Projeto de Lei nº 181/92, de autoria do Deputado Cleiton Crisóstomo. A Deputada Relatora requer diligência. DEFERIDO. 17) Projeto de Lei nº 170/92, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão. APROVADO. 18) Projeto de Lei nº 189/92, do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão. APROVADO. 19) Projeto de Lei nº 193/92, do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado

Plauto Guimarães. APROVADO. 20) Projeto de Lei n° 111/92, do Deputado Ernani Pudell. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Guimarães. APROVADO. 21) Projeto de Lei n° 197/92, do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Guimarães. APROVADO. 22) Proposição Veto n° 57/92, do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei n° 382/92, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Guimarães. APROVADO. 23) Projeto de Lei n° 192/92, da Procuradoria Geral da Justiça. Parecer FAVORÁVEL à Emenda, do Deputado Nelson Justus, apresentando também Emenda Modificativa Corretiva e Emenda Aditiva. APROVADO o parecer do relator (fica prejudicada a emenda n° 8). 24) Projeto de Lei n° 05/92, do Poder Executivo. O Deputado relator, Mário Bezerra requer a juntada ao Projeto de Lei n° 194/92, que será apresentado em Plenário. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos de hoje. Corrigindo o item 9 desta Ata, onde o Relator é o Senhor Deputado Luiz

Carlos Martins.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12ª LEGISLATURA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA

TERMO DE ATA

Aos quatro dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Mário Bezerra, Luiz Carlos Martins, Arlindo Troian e Oswaldo Trevisan. Não havendo número legal, o Senhor Presidente declarou transferida a reunião para data a ser designada. Nada mais havendo a tratar e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária